

Negociadores tentam 'esquentar' COP-18

Conferência do clima da ONU que será aberta amanhã, no Catar, é uma reunião intermediária e, por isso, não são esperadas grandes decisões



PLANETA

Giovana Girardi

A conferência do clima das Nações Unidas (COP-18) começa amanhã em Doha, no Catar, com o desafio de superar a impressão de que será uma reunião morna – a despeito do clima desértico do país anfitrião.

Como reunião intermediária, não se espera dela nenhuma grande decisão, mas negociadores e ambientalistas enfatizam que é hora de implementar uma série de pontos a fim de garantir que a agenda de um novo acordo climático, estabelecida no ano passado, possa ser cumprida.

Na COP-17, em Durban (África do Sul), em uma virada considerada histórica, os 192 países-membros da Convenção do Cli-

ma – incluindo Estados Unidos e China, os dois maiores emissores de gases-estufa – concordaram que em 2015 o mundo tenha um novo tratado de combate às mudanças climáticas, válido a partir de 2020. Pela primeira vez, todos os países, ricos e pobres, terão metas de redução das emissões de gases como dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O).

Paralelamente, para que o mundo não ficasse sem nenhuma regra sobre as emissões, al-

● Cronograma

2015

é o prazo para que o mundo defina um novo tratado de redução de emissões de gases-estufa, válido a partir de 2020. A data é crítica para que o aumento da temperatura até o fim do século não passe de 2°C em relação ao período pré-industrial

guns países comprometidos com o Protocolo de Kyoto concordaram em estendê-lo a partir de 2013. O acordo global, aprovado há 15 anos com metas obrigatórias de redução só para os países desenvolvidos (exceto os EUA, que nunca o ratificaram), expira em 31 de dezembro deste ano.

É em Doha, portanto, que esses planos têm de começar a ganhar forma. Para que a segunda fase de Kyoto entre em vigor em 1.º de janeiro de 2013, explica o negociador-chefe do Brasil na COP, embaixador Luiz Figueiredo Machado, é preciso definir as novas regras. Por exemplo: de quanto será a meta de cada país – algo que, segundo ele, já está mais ou menos definido – e por quanto tempo, se até 2017 ou até 2020.

“O segundo período de compromisso de Kyoto está praticamente pronto para ser adotado, mas ainda falta adotar, então até o final há riscos de se reabrir a discussão. Mas é um ponto fundamental. Se nem isso entrar em



Topo. Usina despeja poluentes em Jiaxing, na China; país é um dos maiores emissores

vigor, o resto fica comprometido”, diz Figueiredo.

Discussões. Outra questão a ser resolvida é a do chamado grupo de trabalho de cooperação de longo prazo, criado em 2007 na COP de Bali e que deixa de funcionar no final deste ano. Ele trata de assuntos como propriedade intelectual para novas tecnologias de combate à mudança do clima e fontes de financiamento.

É preciso fechar alguns desses pontos ou decidir como eles serão tratados daqui para frente.

Tudo isso vai preparar o terreno para que a partir do ano que vem o novo tratado comece a ser desenhado e possa ser fechado em 2015.

“Uma boa decisão, por exemplo, seria dizer quanto o mundo inteiro tem de reduzir das emissões globais totais”, opina Carlos Rittl, coordenador do Progra-

ma de Mudanças Climáticas e Energia da WWF-Brasil.

As emissões só têm subido. Na quarta-feira, a agência de ambiente da ONU (Pnuma) lançou um relatório que mostra que as emissões globais estão 14% acima do que deveriam estar em 2020. A meta visava a limitar o aumento da temperatura em 2°C até o final do século. Mas, se nada for feito, poderemos chegar a 4°C ou 5°C mais quentes.

Brasil leva incerteza sobre o Fundo Clima

Às vésperas da realização da COP-18, o Brasil, que nas últimas conferências do clima desempenhou um papel fundamental, tanto por ajudar a destravar as negociações quanto por mostrar um bom exemplo de redução das emissões, chega à conferência com uma névoa de incerteza sobre uma de suas principais políticas climáticas.

O Fundo Clima, anunciado em 2009 pelo presidente Lula para financiar projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, está ameaçado de perder sua principal fonte de renda – os royalties do petróleo. O repasse de uma fatia dessa verba era garantido desde que o fundo foi criado. Mas o novo projeto de lei aprovado no começo do mês

pelo Congresso, que reformula a distribuição dos ganhos, coloca as questões climáticas em disputa com várias outras áreas, como educação e ciência e tecnologia.

Segundo o pesquisador da Embrapa Eduardo Assad, ex-secretário de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente e membro do comitê do Fundo Clima, o cenário futuro não

está muito claro, mas ele diz temer que possa comprometer a redução das emissões do País.

Apesar de ter sido lançado no final de 2009, o fundo começou a funcionar na prática só no ano passado, mas vinha rapidamente crescendo. De acordo com Assad, a verba, que começou em 2011 com R\$ 230 milhões, saltou para R\$ 500 milhões neste ano e

poderia chegar a R\$ 700 milhões no ano que vem. “Agora, a disputa do bolo passa a ser competitiva. Mas, se aumentar as emissões, vai ser um tiro no pé do País. Estamos com problemas planetários para resolver.”

Entre os projetos que já tinham sido contemplados pelo fundo estão, por exemplo, ações contra a desertificação do semiárido. “Foi algo que demorou para começar, mas justo quando os recursos começam a ser aplicados, não podem ser interrompi-

dos”, comenta Carlos Rittl, da ONG WWF-Brasil e membro do Observatório do Clima. “No caso da desertificação, multiplique em mais de dez vezes as verbas que tinham para a conservação da Caatinga.”

Procurado pela reportagem, o Ministério do Meio Ambiente não quis se manifestar. Segundo apurou o **Estado**, a pasta ainda não sabe qual deve ser o impacto da mudança sobre o Fundo Clima e aguarda decisão da presidente Dilma Rousseff. **/e.e.**

Messias, o tetraplégico que voltou a andar, conta sua saga em livro

Obra aborda acidente aos 14 anos, recuperação e como se tornou psicólogo que atende jovens com dramas iguais ao seu

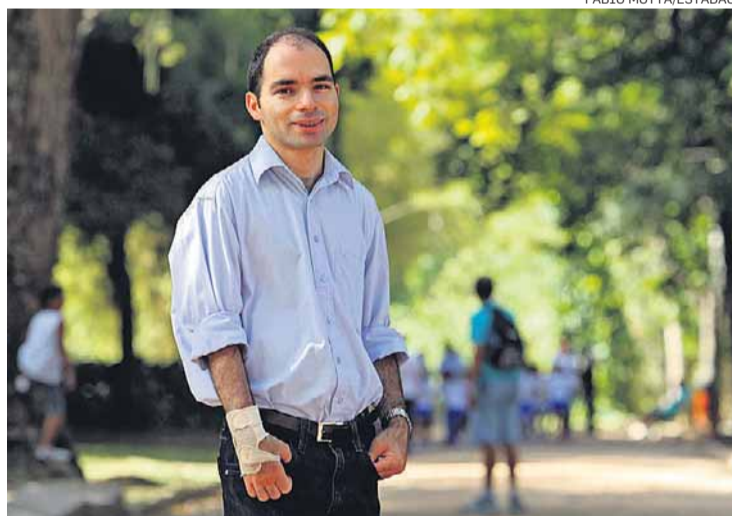
Clarissa Thomé / RIO

Messias Fernandes tinha 14 anos quando um mergulho no rio provocou fraturas em quatro vértebras cervicais e tirou-lhe os movimentos abaixo do pescoço. O socorro não poderia ser mais desastroso: foi puxado pelos braços e pelas pernas; carregado em carrinho de mão, que trepidou por ruas de terra; transportado no banco traseiro de um Fusca, com a cabeça no colo de uma prima. Dois hospitais negaram-lhe o mais básico atendimento – imobilizar seu pescoço.

Quando chegou ao Hospital Municipal Salgado Filho, soube do médico que a medula estava gravemente comprimida. “Se mexer demais o pescoço, você pode morrer”, disse o médico. Tinha tudo para dar errado. Mas Messias conta essa história caminhando pelo Jardim Botânico, ainda que com dificuldade.

Contrariando os pareceres médicos, conseguiu ser operado. Fez fisioterapia na Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) por 19 meses, 8 dos quais internado. E saiu dali andando, com a promessa de que voltaria. Hoje é psicólogo da instituição, onde atende jovens com histórias parecidas com a sua. Aos 31 anos, prepara-se para lançar o livro *Renascendo de um Mergulho*, pela editora Livros Ilimitados, no dia 3 de dezembro, Dia Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência.

O acidente ocorreu em fevereiro de 1995, quatro dias depois de Messias completar 14 anos. O pernambucano de Bom Jardim passava férias na casa de parentes, em Magé, na Baixada Fluminense, e mergulhou num rio. “Senti o impacto na hora, pensei que alguém tinha colocado uma pedra sobre o meu peito, e só a



Perseverança. O psicólogo Messias: recuperação inesperada



Drama. Acidente aos 14 anos o deixou tetraplégico

cabeça estava livre.” A prima Daniele o encontrou na margem do rio. E improvisou o resgate.

No Salgado Filho, recebeu o diagnóstico de que havia fraturado as vértebras C3, C4, C5 e C6 e a informação de que os médicos nada podiam fazer. Foram 23 dias de internação. A alta veio com a recomendação de que buscasse atendimento na ABBR, entidade reconhecida pela excelência em reabilitação, que atende pelo SUS.

Mas a lesão não estava estabilizada e uma especialista indicou o ortopedista Deusdeth Gomes do Nascimento, especialista em cirurgia de coluna. “Minha primeira avaliação foi de que era irrever-

sível. Mas fiquei com aquilo na cabeça. Era um garoto, alguma coisa tinha de ser feita”, conta Nascimento, hoje presidente da ABBR.

O médico teve de convencer a própria equipe de que a cirurgia seria possível. Descomprimiu a medula, fixou as vértebras com enxerto ósseo e placa de titânio. Nada foi cobrado pela cirurgia. Dois meses depois, o estudante voltava ao consultório do especialista caminhando. “É uma cena que você não esquece. Esse caso do Messias exige reflexão: sempre vale a pena tentar.”

O livro trata das dificuldades de Messias na reabilitação; o desafio de aprender a escrever com a mão esquerda – foi um ano de treinamento até voltar à escola –; a árdua rotina que incluía trabalho, dois estágios e faculdade.

Como psicólogo, tenta mostrar para os médicos que eles não “trabalham no terreno da certeza”. “O discurso precisa ser técnico, mas muitas vezes o paciente não está preparado para ouvir. Alguns médicos, diante da própria impotência, usam esse discurso de que não há mais saída. Ninguém tem o direito de tirar a esperança do outro.”

Seminário O Brasil e a agenda da sustentabilidade

Rio de Janeiro
26 de novembro
9h30 às 18h

Centro de Convenções Bolsa do Rio
Praça XV, 20 - Centro

PARTICIPANTES

Palestra de Honra
Emb. Luiz Alberto Figueiredo Machado

Emb. Luiz Augusto de Castro Neves – CEBRI
Felix Dane – Fundação Konrad Adenauer
Carlos Young – UFRJ
Denise Hamú – PNUMA
Eduardo Viola – UnB
Fabio Feldmann – FF Consultores
Gustavo Ferroni – Vitae Civilis
José Luiz Alquéres – CEBRI
Leandra Gonçalves – SOS Mata Atlântica
Mariana Meirelles – CEBDS
Miriam Duailibi – Instituto Ecoar
Silvânia Gonsalves – IBAMA
Sérgio Besserman Vianna – Prefeitura do Rio

CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO



CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



PARCEIRO DE MÍDIA



ENTRADA FRANCA

CEBRI.ORG.BR

